

A LITERACIA FINANCEIRA E OS JOVENS NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA FINANCIAL LITERACY AND YOUNG PEOPLE IN THE 21ST CENTURY: A COMPARATIVE ANALYSIS¹

Ana Filipa Joaquim ⁽¹⁾, Ana Diogo ⁽²⁾, Cristina-Maria Dogot ⁽³⁾, Elisa da Silva ⁽⁴⁾, Paula Figueiredo ⁽⁵⁾

⁽¹⁾ Ipri - Universidade Nova/Techn & Art (Iptomar) e Escola Superior de Tecnologia, Gestão e Design - Ipportalegre, Portugal

⁽²⁾ ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia, Vila Nova de Gaia, Portugal

⁽³⁾ University Of Oradea, Oradea, Romania

⁽⁴⁾ Universidade Lusófona, Cabo Verde

⁽⁵⁾ Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal

Histórico de submissão | Submission History

Recebido | Received: 21/03/2025

Aceite | Accepted: 12/02/2026

Publicado | Published: 24/07/2026

Citation: Joaquim, A.; Diogo, A.; Dogot, C.-M.; Silva, E.; Figueiredo, P. (2026). A Literacia Financeira e os Jovens no Século XXI: Uma Análise Comparativa. *Management in Review*, 4(1), 51-74. DOI: <https://doi.org/10.61282/mir.v4i1.21>

RESUMO

A literacia financeira é um pilar fundamental para a estabilidade económica, a inclusão social e o bem-estar financeiro dos indivíduos, influenciando diretamente a sua capacidade para gerir recursos, tomar decisões informadas e evitar situações de sobre-endividamento. Este estudo analisa as disparidades nos níveis de literacia financeira em diferentes regiões do mundo, com enfoque na Europa e em economias emergentes, avaliando o impacto das políticas públicas, da digitalização financeira e da educação formal no conhecimento financeiro das populações. A investigação baseia-se em dados da OECD (2023), do Banco Mundial (World Bank Group, 2020) e do *Sustainable Development Solutions Network* (Sachs et al., 2024), complementados por resultados do projeto *Finances4Youth*, financiado pelo programa Erasmus+, que realizou um inquérito sobre literacia financeira junto da população jovem (12-25 anos) em Portugal, Roménia e Cabo Verde, entre outubro e dezembro de 2023.

¹ **Copyright © 2026 The Author(s):** This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution **4.0 International License (CC BY-NC 4.0)** which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium for non-commercial use provided the original author and source are credited.

Os resultados revelam que os países que integram a literacia financeira nos currículos escolares apresentam níveis mais elevados de conhecimento financeiro e maior inclusão económica. Por outro lado, regiões onde a educação financeira não é priorizada enfrentam desafios estruturais, como elevados níveis de endividamento e exclusão financeira. A análise comparativa destaca ainda o papel crucial da literacia financeira multidimensional — que inclui o conhecimento de produtos financeiros, direitos do consumidor e competências de tomada de decisão — na promoção do bem-estar financeiro e da inclusão económica, especialmente entre os jovens (Alqam & Hamshari, 2024; Rodriguez et al., 2024). Além disso, a digitalização financeira surge como um fator transformador, ampliando o acesso a serviços financeiros, mas exigindo programas de capacitação digital para evitar a exclusão de populações com menor familiaridade tecnológica (Costa et al., 2023).

Este estudo reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a literacia financeira como um direito fundamental, integrando-a nos currículos escolares e desenvolvendo iniciativas inovadoras que garantam um acesso equitativo ao conhecimento financeiro. Tais medidas são essenciais para promover a resiliência económica das sociedades no século XXI, contribuindo para o cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), nomeadamente no que diz respeito à educação de qualidade (ODS 4), ao crescimento económico sustentável (ODS 8) e à redução das desigualdades (ODS 10).

PALAVRAS-CHAVE: LITERACIA FINANCEIRA, EDUCAÇÃO FINANCEIRA, POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUSÃO FINANCEIRA, DIGITALIZAÇÃO FINANCEIRA, ODS.

Abstract

Financial literacy is a fundamental pillar for economic stability, social inclusion, and individual financial well-being, directly influencing the ability to manage resources, make informed decisions, and avoid over-indebtedness. This study examines disparities in financial literacy levels across different regions of the world, with a focus on Europe and emerging economies, assessing the impact of public policies, financial digitalization, and formal education on the financial knowledge of populations. The research is based on data from the OECD (2023), the World Bank (World Bank Group, 2020), and the Sustainable Development Solutions Network (Sachs et al., 2024), complemented by results from the Finances4Youth project, funded by the Erasmus+ program, which conducted a survey on financial literacy among young people (aged 12-25) in Portugal, Romania, and Cape Verde between October and December 2023.

The findings reveal that countries integrating financial literacy into school curricula exhibit higher levels of financial knowledge and greater economic inclusion. Conversely, regions where financial education is not prioritized face structural challenges, such as high levels of indebtedness and financial exclusion. The comparative analysis also highlights the crucial role of multidimensional financial literacy — encompassing knowledge of financial products, consumer rights, and decision-making skills — in promoting financial well-being and economic inclusion, particularly among young people (Alqam & Hamshari, 2024; Rodriguez et al., 2024). Additionally, financial digitalization emerges as a transformative factor, expanding access to financial services but requiring digital literacy programs to prevent the exclusion of populations with limited technological familiarity (Costa et al., 2023).

This study underscores the need for public policies that promote financial literacy as a fundamental right, integrating it into school curricula and developing innovative initiatives to ensure equitable access to financial knowledge. Such measures are essential for fostering the economic resilience of societies in the 21st century, contributing to the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly in terms of quality education (SDG 4), sustainable economic growth (SDG 8), and reduced inequalities (SDG 10).

Keywords: Financial Literacy, Financial Education, Public Policies, Financial Inclusion, Financial Digitalisation, SDGs.

1. INTRODUÇÃO

A literacia financeira é um elemento essencial para a estabilidade económica e a inclusão social, desempenhando um papel central na capacidade dos indivíduos de gerirem os seus recursos financeiros e evitar o sobre-endividamento, e constitui-se como uma competência essencial para a vida, que inclui conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros, permitindo aos indivíduos tomar decisões informadas sobre poupança, investimento e gestão de recursos (Kocoglu, 2021). A sua importância tem sido amplamente reconhecida, especialmente após a crise económica de 2008, que destacou a necessidade de uma educação financeira robusta para promover a resiliência económica das populações. A literacia financeira é um fator crucial para a inclusão financeira e o bem-estar económico, especialmente entre os jovens, pois promove a tomada de decisões financeiras responsáveis. O destaque na Geração Z, que enfrenta desafios únicos num mercado financeiro em rápida transformação. Segundo Rodriguez *et al.* (2024), a literacia financeira tem um impacto direto e significativo nos hábitos de consumo, sendo o comportamento financeiro um mediador essencial nesta relação. Já Alqam e Hamshari (2024), abordam a literacia financeira da perspetiva multidimensional – que inclui o conhecimento de produtos financeiros, direitos do consumidor e competências de tomada de decisão – tem um impacto significativo tanto na inclusão financeira como no bem-estar financeiro. Estes estudos reforçam a necessidade de programas de educação financeira que abordem múltiplas dimensões, e promovam o conhecimento e os comportamentos financeiros responsáveis, garantindo que os jovens estejam preparados para enfrentar os desafios financeiros do século XXI.

No século XXI, a crescente complexidade dos mercados financeiros, associada ao avanço da digitalização, impõe desafios significativos à população, exigindo competências financeiras robustas para garantir a resiliência económica. A *Agenda 2030* das Nações Unidas reconhece a importância da literacia financeira no cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), nomeadamente os relacionados com a educação de qualidade (ODS 4), o crescimento económico sustentável (ODS 8) e a redução das desigualdades (ODS 10).

A literacia financeira é um desafio global, mas assume contornos específicos em economias emergentes, como a Índia, onde apenas 27% da população adulta demonstra conhecimentos financeiros básicos (Mahandule *et al.*, 2024). A falta de compreensão de conceitos como juros, inflação e investimentos tem impactos diretos na capacidade dos indivíduos para gerirem as suas finanças, levando a práticas como o recurso a crédito informal e a subutilização de serviços financeiros formais. Este desafio global assume particular relevância em Portugal, onde estudos recentes indicam que apenas 31,33% da população demonstra possuir conhecimentos financeiros básicos (Almeida *et al.*, 2023). Este cenário reforça a necessidade de estratégias adaptadas a diferentes realidades socioeconómicas, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, e de políticas públicas que promovam a educação financeira, especialmente entre grupos populacionais com menor acesso a recursos educativos e financeiros.

A educação financeira tem sido reconhecida como um fator crucial para o desenvolvimento da literacia financeira, especialmente entre os jovens. Um estudo realizado na Indonésia com estudantes do ensino profissional demonstrou que a educação financeira tem um impacto significativo na melhoria da literacia financeira, representando 22,4% da variação nos níveis de conhecimento financeiro (Hulu *et al.*, 2024). Este resultado reforça a importância de integrar a educação financeira nos currículos escolares, não apenas em países desenvolvidos, mas também em contextos de economias emergentes.

A revolução das *fintechs* no setor financeiro tem transformado a forma como os consumidores interagem com os serviços bancários, oferecendo maior conveniência e custos mais baixos. No entanto, em Portugal, apenas 32,8% da população demonstra um bom entendimento sobre o que são *fintechs*, refletindo a baixa literacia financeira do país (Costa *et al.*, 2023). Este cenário destaca a necessidade de melhorar a educação financeira para garantir

que os consumidores possam tomar decisões informadas num mercado financeiro em rápida transformação.

Este estudo adota uma abordagem comparativa para analisar os níveis de literacia financeira em diferentes contextos geográficos, com ênfase em Portugal, Roménia e Cabo Verde. A investigação examina o impacto das políticas públicas, da educação formal e da digitalização financeira na disseminação do conhecimento financeiro e na promoção da inclusão económica. A metodologia utilizada integra uma análise crítica de dados secundários provenientes de organismos internacionais, como a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico* (OECD), o *Banco Mundial* e o *Sustainable Development Solutions Network*, bem como os resultados do projeto *Finances4Youth*, financiado pelo programa Erasmus+, que inquiriu jovens entre os 12 e os 25 anos nos três países analisados.

A hipótese central deste estudo sustenta que a inclusão da literacia financeira nos currículos escolares e a implementação de políticas públicas eficazes são determinantes para a construção de sociedades financeiramente resilientes. No entanto, fatores como a disparidade socioeconómica, a desigualdade de acesso a serviços financeiros e a rápida digitalização do setor bancário podem acentuar as diferenças regionais, exigindo estratégias adaptadas à realidade de cada contexto. Assim, a presente investigação visa contribuir para o debate sobre a importância da educação financeira na promoção do desenvolvimento sustentável e da equidade económica a nível global.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O conceito de literacia financeira é multidimensional que engloba o conhecimento de produtos financeiros, direitos do consumidor e competências para tomada de decisão (Alqam & Hamshari, 2024), cujas dimensões têm um impacto positivo tanto na inclusão financeira como no bem-estar financeiro, com os direitos do consumidor emergindo como o preditor mais forte. Também, engloba atitudes e comportamentos financeiros, que têm sido objeto de análise em diversas áreas do conhecimento, incluindo economia, psicologia comportamental e políticas públicas. Como destacado por Kocoglu (2021), para que um indivíduo seja financeiramente literato, é necessário que possua conhecimentos básicos sobre orçamento, poupança, investimento e crédito, bem como atitudes de consumo responsável e comportamentos que promovam a gestão eficaz dos recursos financeiros. Esta abordagem multidimensional é crucial para garantir que os indivíduos não apenas compreendam conceitos financeiros, mas também os apliquem no seu dia-a-dia. Adicionalmente, reforça-se que os programas de educação financeira transmitam conhecimentos sobre produtos financeiros, mas também promovam a consciencialização dos direitos do consumidor e o desenvolvimento de competências práticas de tomada de decisão (Alqam & Hamshari, 2024). Ao longo das últimas décadas, a sua importância tem sido amplamente reconhecida, particularmente no contexto da globalização dos mercados financeiros e da digitalização dos serviços bancários (OECD, 2023).

Neste sentido, Nogueira et al. (2025) ao estudarem vinte países da OCDE, demonstraram que o ensino superior constitui o fator mais determinante para a consolidação de conhecimentos e comportamentos financeiros responsáveis. Os autores evidenciam ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano (HDI) exerce impacto positivo na literacia e nos comportamentos financeiros, enquanto a desigualdade estrutural e o endividamento das famílias funcionam como barreiras significativas. Estes resultados complementam a literatura recente que aponta para a importância de considerar variáveis macroeconómicas e institucionais no estudo da literacia financeira, alargando o debate para além da esfera individual (OECD, 2023; Sachs et al., 2024).

Segundo a *Agenda 2030* das Nações Unidas, a inclusão financeira é essencial para atingir o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ao permitir que mais indivíduos tenham

acesso a serviços bancários e de crédito seguros. Além disso, a promoção da literacia financeira está diretamente ligada ao ODS 4 (Educação de Qualidade), uma vez que o conhecimento financeiro deve ser parte integrante do ensino formal (ONU Portugal, 2022).

O comportamento financeiro desempenha um papel mediador crucial na relação entre a literacia financeira e os hábitos de consumo. Conforme demonstrado por Rodriguez *et al.* (2024), o comportamento financeiro tem um coeficiente de mediação de 0,797, indicando que a literacia financeira só se traduz em hábitos de consumo responsáveis quando mediada por comportamentos financeiros adequados. Este resultado destaca a importância de programas de educação financeira que não apenas transmitam conhecimentos, mas também promovam práticas financeiras saudáveis. Assim, a literacia financeira apresenta-se como um dos fatores estruturantes do desenvolvimento económico sustentável, sendo fundamental para a concretização dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), particularmente no que concerne à redução das desigualdades (ODS 10), à promoção de um crescimento económico inclusivo (ODS 8) e à garantia de educação de qualidade (ODS 4). No entanto, as disparidades regionais nos níveis de conhecimento financeiro refletem profundas desigualdades estruturais e apontam para desafios específicos que necessitam de abordagens diferenciadas.

O *Relatório de Desenvolvimento Sustentável* de 2024, publicado pela *Sustainable Development Solutions Network – SDSN* (Sachs et al., 2024) fornece dados sobre o progresso dos países no cumprimento dos ODS, através da comparação dos níveis de literacia financeira, fornecendo os *rankings* de sustentabilidade em seis regiões-chave:

- AMÉRICA DO NORTE
- EUROPA OCIDENTAL
- EUROPA DE LESTE
- ÁSIA-PACÍFICO
- AMÉRICA LATINA
- ÁFRICA SUBSAARIANA

De acordo com a literatura, a América do Norte destaca-se como a região com os níveis mais elevados de literacia financeira, apresentando uma taxa média de 57% de adultos financeiramente literados (Klapper et al., 2016). A OECD (2023) identifica esta região, como tendo uma estrutura económica estável, acesso universal ao sistema bancário e uma integração da educação financeira nos currículos escolares que contribuem para este desempenho positivo. No entanto, apesar do elevado conhecimento financeiro médio, observa-se um aumento do endividamento das famílias norte-americanas, sobretudo devido à forte dependência do crédito ao consumo e à concessão de empréstimos sem critérios de sustentabilidade económica (World Bank, 2022).

Nos Estados Unidos da América (EUA), a falta de um plano nacional uniforme de educação financeira resulta em desigualdades acentuadas entre os diferentes estados, onde alguns apresentam programas estruturados, enquanto outros negligenciam a inclusão deste conhecimento no ensino básico (OECD, 2024). Assim, ainda que a literacia financeira na América do Norte esteja entre as mais elevadas, o comportamento financeiro das famílias nem sempre reflete esse conhecimento, o que revela a necessidade de políticas públicas que fomentem uma utilização mais responsável do crédito e uma cultura de poupança mais robusta (Lusardi & Mitchell, 2013).

Já na Europa Ocidental, a taxa média de literacia financeira situa-se nos imediatamente a seguir, evidenciando um desempenho semelhante ao da América do Norte, mas com características distintas. A regulação bancária mais rigorosa e os sistemas de bem-estar social robustos proporcionam uma maior estabilidade financeira e evitam situações de endividamento extremo (OECD, 2023). Não obstante, segundo o relatório *How Financially Smart Are Students?* (OECD, 2024), a inclusão da educação financeira nos currículos escolares de países como a Alemanha, França e Países Baixos tem permitido um forte desenvolvimento de competências financeiras desde a juventude. No entanto, a Europa Ocidental enfrenta desafios relacionados com o envelhecimento da população e a necessidade de adaptação dos mais

idosos aos serviços financeiros digitais, o que pode resultar em exclusão financeira digital caso não sejam adotadas estratégias de inclusão tecnológica (Sachs et al., 2024).

Apesar da elevada literacia financeira, há diferenças consideráveis entre os países da região. Enquanto os países nórdicos apresentam elevados índices de poupança e planeamento financeiro, países como Portugal e Espanha ainda demonstram desafios na promoção de uma cultura financeira preventiva, sendo necessário reforçar a educação financeira para evitar situações de endividamento descontrolado (World Bank, 2022).

A Europa de Leste, por outro lado, regista uma literacia financeira média abaixo dos 50%, sendo uma das regiões europeias mais vulneráveis em termos de conhecimento e práticas financeiras (OECD, 2023). O histórico económico da região, caracterizado pela transição do comunismo para economias de mercado, trouxe consigo desafios na criação de confiança nas instituições financeiras, o que resultou numa elevada taxa de informalidade e baixa utilização dos serviços bancários tradicionais (Klapper et al., 2016). A falta de programas estruturados de educação financeira e a ausência de regulação eficaz sobre os produtos financeiros contribuíram para um mercado onde muitos consumidores não possuem informação suficiente para tomar decisões financeiras conscientes (OECD, 2024).

Em países como a Roménia e a Bulgária, a baixa literacia financeira está associada a níveis elevados de endividamento pessoal e a uma fraca capacidade de poupança (World Bank, 2022). No entanto, a digitalização dos serviços financeiros tem vindo a crescer na região, o que pode representar uma oportunidade para melhorar a inclusão financeira através do uso de plataformas bancárias digitais e *fintechs*. Ainda assim, sem uma estratégia governamental que incentive a formação em literacia financeira, há o risco de a digitalização agravar as desigualdades financeiras em vez de as reduzir (Sachs et al., 2024).

As *fintechs* têm sido apontadas como uma ferramenta importante para a inclusão financeira, especialmente em países com baixa literacia financeira, como Portugal. No entanto, estudos recentes mostram que apenas 49,4% dos consumidores portugueses consideram as *fintechs* seguras, o que limita a sua adoção (Costa et al., 2023). Esta perceção de insegurança, aliada à preferência por serviços bancários tradicionais, reforça a necessidade de campanhas de sensibilização e educação financeira que abordem tanto os benefícios como os riscos associados às *fintechs*.

A região da Ásia-Pacífico apresenta uma literacia financeira, também abaixo dos 50%, evidenciando um crescimento económico acelerado, mas ainda com desafios estruturais na disseminação da educação financeira (World Bank, 2022). A diversidade económica da região reflete-se nos níveis de literacia financeira, com países como o Japão e Singapura a apresentarem taxas elevadas de conhecimento financeiro, enquanto países como Índia, Indonésia e Filipinas registam valores muito mais baixos (OECD, 2023). Na verdade, em países como a Índia, a literacia financeira é fortemente influenciada por fatores como a educação, o rendimento e o acesso a serviços financeiros. Apesar de iniciativas governamentais, como o *Jan Dhan Yojana* e o *Atal Pension Yojana*, muitos cidadãos não utilizam plenamente esses programas devido à falta de conhecimento financeiro (Mahandule et al., 2024). Além disso, a rápida digitalização dos serviços financeiros, na Índia, exige que a literacia financeira seja complementada com competências digitais, de modo a proteger os utilizadores de fraudes cibernéticas e a garantir a utilização eficaz de plataformas bancárias móveis.

A desigualdade na distribuição de conhecimentos financeiros deve-se, em grande parte, às diferenças no acesso à educação e na qualidade dos programas de ensino (Klapper et al., 2016). No entanto, a região destaca-se pela inovação financeira, com um crescimento exponencial das *fintechs* e da banca digital, facilitando o acesso de milhões de pessoas a serviços bancários (World Bank, 2022). Todavia, a falta de educação formal sobre gestão financeira e o aumento do acesso ao crédito digital sem regulamentação adequada criam riscos acrescidos de endividamento excessivo e de exclusão financeira digital (OECD, 2023).

A América Latina apresenta uma das taxas mais baixas de literacia financeira, refletindo os desafios estruturais da região no que toca à inclusão financeira e à estabilidade económica (Klapper et al., 2016). Segundo o *World Bank* (2022) o baixo acesso à educação financeira, aliado

à instabilidade económica frequente, e à informalidade do mercado de trabalho, dificulta a implementação de estratégias eficazes para o desenvolvimento da literacia financeira na região. Países como a Argentina, a Venezuela e o Brasil enfrentam desafios relacionados com inflação elevada e instabilidade monetária, o que limita a capacidade dos cidadãos de realizar planeamento financeiro a longo prazo (Sachs et al., 2024). Contudo, mais uma vez, o crescimento das *fintechs* e das plataformas digitais de serviços bancários representa uma oportunidade significativa para aumentar a literacia financeira e a inclusão bancária da população (OECD, 2023).

Por fim, a região da África Subsaariana, com uma taxa de literacia financeira muito reduzida, apresentando o pior desempenho global, refletido devido a barreiras significativas no acesso à educação e aos serviços financeiros (World Bank, 2022). A economia informal predomina na maioria dos países da região, com grande parte da população sem acesso a instituições bancárias formais, dificultando a construção de uma cultura de poupança e investimento, segundo Sachs et al. (2024).

Não obstante, a inovação em pagamentos móveis e os programas de microcrédito têm desempenhado um papel crucial na inclusão financeira, permitindo que milhões de pessoas tenham acesso a transações eletrónicas através de plataformas digitais (OECD, 2023). Apesar destes avanços, a falta de regulamentação e de programas governamentais estruturados de educação financeira continua a ser um grande desafio para a região.

A análise comparativa das diferentes regiões revela que os países com sistemas educativos estruturados e regulamentação financeira eficiente apresentam melhores índices de literacia financeira e maior resiliência económica. Contudo, a digitalização dos serviços financeiros, se não for acompanhada de estratégias de educação financeira robustas, pode aumentar as desigualdades e a exclusão financeira. Desta forma, torna-se essencial implementar políticas públicas que garantam acesso equitativo a conhecimentos financeiros e oportunidades económicas, assegurando o cumprimento dos ODS 4, 8 e 10.

A literacia financeira global apresenta fortes disparidades entre regiões, países e grupos socioeconómicos. Estudos da OECD (2024) e do Banco Mundial (2022) indicam que os níveis de literacia financeira são significativamente mais elevados em economias desenvolvidas, enquanto países emergentes e em desenvolvimento enfrentam desafios estruturais, como o acesso limitado à educação financeira e à banca formal, como referido anteriormente. No entanto, desempenham um papel crucial no desenvolvimento económico e na inclusão social, sendo um fator determinante na capacidade dos indivíduos para gerir recursos financeiros, tomar decisões informadas e garantir estabilidade económica a longo prazo. Todavia, as disparidades nos níveis de literacia financeira entre diferentes grupos populacionais refletem desigualdades socioeconómicas e estruturais que afetam o acesso à educação financeira e, consequentemente, a capacidade de participar plenamente na economia formal (Lusardi & Mitchell, 2013; OECD, 2023).

A literacia financeira é influenciada por diversos fatores sociodemográficos, como género, idade e nível de rendimento. Em Portugal, por exemplo, os indivíduos do sexo masculino e aqueles na faixa etária dos 26 aos 35 anos tendem a demonstrar maiores níveis de conhecimento financeiro (Almeida et al., 2023). No entanto, a população portuguesa, como um todo, apresenta lacunas significativas no que diz respeito à compreensão de conceitos como inflação e risco, destacando a necessidade de programas de educação financeira mais abrangentes e adaptados às diferentes realidades socioeconómicas. Tal facto é reforçado por Lusardi e Mitchell (2013), cujos resultados da análise comparativa entre géneros também revela que os homens apresentam um nível superior de literacia financeira em relação às mulheres, evidenciando um padrão que se mantém constante em vários estudos internacionais. Esta diferença pode ser explicada por uma conjugação de fatores históricos, culturais e educacionais que, tradicionalmente, limitaram a participação das mulheres na gestão financeira e nos mercados de capitais. Adicionalmente, as mulheres tendem a demonstrar níveis mais baixos de confiança na tomada de decisões financeiras, o que pode resultar em menor predisposição para investir ou planear a reforma (OECD, 2023). Ainda que as políticas de igualdade de género

tenham contribuído para reduzir esta diferença ao longo das últimas décadas, a necessidade de estratégias direcionadas para a promoção da literacia financeira entre as mulheres continua a ser um desafio global (Klapper et al., 2016).

A idade é outro fator determinante nos níveis de literacia financeira, com os jovens (18-30 anos) e os idosos a registarem os níveis mais inferiores de conhecimentos acerca de literacia financeira (OECD, 2023). A menor literacia financeira entre os jovens pode ser atribuída à falta de experiência prática na gestão de finanças pessoais, bem como à ausência de educação financeira estruturada nos currículos escolares de muitos países (Lusardi & Mitchell, 2013). Mormente devido à crescente digitalização dos serviços financeiros, que, embora ofereçam novas oportunidades, também introduzem desafios, uma vez que os jovens são frequentemente alvo de esquemas financeiros fraudulentos e podem ter dificuldade em distinguir entre crédito responsável e endividamento insustentável (OECD, 2023).

Por outro lado, os idosos enfrentam dificuldades associadas à adaptação às novas tecnologias financeiras, o que pode resultar em exclusão financeira e vulnerabilidade a fraudes digitais (Klapper et al., 2016). A baixa literacia financeira entre os idosos também pode afetar negativamente a sua capacidade de planejar adequadamente a reforma, tornando-os mais suscetíveis a dificuldades económicas na velhice (OECD, 2023).

A relação entre a literacia financeira e a escolaridade é evidente, uma vez que indivíduos com ensino superior apresentam as taxas mais elevadas de literacia financeira, enquanto aqueles sem ensino secundário registam valores aquém dos 50% (Klapper et al., 2016). Estes dados demonstram a influência direta da educação formal na aquisição de competências financeiras, sendo fundamental que a literacia financeira seja integrada nos sistemas de ensino desde os níveis mais básicos. A inclusão de conteúdos relacionados com gestão financeira, investimento e planeamento orçamental pode contribuir significativamente para a capacitação dos cidadãos e para a redução das desigualdades económicas (OECD, 2023; ONU Portugal, 2022). Ademais, a literacia financeira tem um impacto significativo no comportamento financeiro dos indivíduos, uma vez que pessoas com níveis mais elevados de conhecimento financeiro são mais propensas a poupar, investir e evitar decisões financeiras arriscadas (Lusardi & Mitchell, 2013).

A análise destas disparidades revela a necessidade de políticas públicas que promovam a educação financeira de forma equitativa e acessível a todos os grupos populacionais. Os governos e as instituições financeiras devem desenvolver programas de literacia financeira direcionados para diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e géneros, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso às competências necessárias para gerir eficazmente os seus recursos financeiros (OECD, 2023). Inobstante, é essencial que os programas de educação financeira sejam adaptados à transformação digital dos serviços financeiros, garantindo que todos, independentemente da sua idade, tenham as competências necessárias para utilizar ferramentas digitais de forma segura e eficaz (DataReportal, 2023; Klapper et al., 2016).

A educação financeira tem um impacto direto na capacidade dos indivíduos para gerir as suas finanças de forma eficaz. Um estudo realizado com estudantes do ensino profissional na Indonésia mostrou que a educação financeira explica 22,4% da variação nos níveis de literacia financeira, enquanto os restantes 77,6% são influenciados por fatores externos, como o ambiente familiar, os pares e o acesso a recursos educativos (Hulu et al., 2024). Este estudo destaca a importância de abordagens educativas estruturadas para promover a literacia financeira entre os jovens.

As evidências demonstram, assim, que a educação formal, aliada a políticas de inclusão financeira, podem reduzir, significativamente, as desigualdades em literacia financeira, promovendo a estabilidade económica e o bem-estar social no longo prazo (Klapper et al., 2016; Lusardi & Mitchell, 2013; OECD, 2023). Segundo a ONU Portugal (2022), a implementação de políticas públicas eficazes tem sido fundamental na área da literacia financeira e tem demonstrado ser um dos fatores mais relevantes para o desenvolvimento económico sustentável e para a promoção da inclusão financeira, refletindo-se diretamente nos ODS,

especialmente nos ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).

1.1 LITERACIA FINANCEIRA NA EUROPA

A Europa exibe grandes variações nos níveis de literacia financeira, refletindo fatores estruturais, educativos e socioeconómicos que moldam os níveis de conhecimento financeiro da população. A análise comparativa demonstra que os países nórdicos e da Europa Ocidental lideram os *rankings*, enquanto os países do Sul e do Leste Europeu enfrentam desafios estruturais que originam níveis mais baixos de literacia financeira. Estas diferenças não são apenas indicativas do acesso à educação financeira, mas também refletem disparidades no nível de confiança nos sistemas bancários, na cultura de poupança e nos modelos de ensino adotados em cada região (OECD, 2023).

A Europa do Norte destaca-se como a região com os níveis mais elevados de literacia financeira, um resultado que pode ser atribuído à integração precoce da educação financeira nos currículos escolares, à forte cultura de poupança e à elevada inclusão bancária (OECD, 2023). Países como a Suécia, Noruega e Dinamarca incorporam a educação financeira no ensino básico e secundário, permitindo que a população desenvolva competências financeiras desde cedo. De acordo com Sachs *et al.* (2024), a presença de sistemas de proteção social robustos e de regulamentação bancária eficiente contribui para uma gestão financeira mais sustentável, garantindo que os cidadãos compreendam os riscos e benefícios do crédito, do investimento e da poupança.

Na Europa Ocidental, os níveis médios de literacia financeira refletem um cenário de desenvolvimento financeiro relativamente consolidado, mas com desafios persistentes, especialmente no que se refere à inclusão de grupos economicamente vulneráveis (OECD, 2023). Países como Alemanha, França e Países Baixos apresentam elevados níveis de acesso a serviços financeiros e um sistema bancário sólido, no entanto, segundo o *World Bank* (2022) as diferenças regionais dentro destes países são evidentes, com populações de baixos rendimentos e comunidades imigrantes a registarem níveis mais baixos de literacia financeira. Esta região enfrenta, também, o desafio do envelhecimento da população, sendo fundamental o desenvolvimento de estratégias para garantir que os cidadãos com mais idade adquiram as competências necessárias para gerir as suas finanças na era digital (OECD, 2023).

Por outro lado, a Europa do Sul revela dificuldades na implementação de estratégias de educação financeira eficazes. Países como Portugal, Espanha, Itália e Grécia enfrentam desafios que incluem padrões de consumo elevados, endividamento das famílias e menor cultura de poupança (Banco de Portugal, 2023). O acesso ao crédito sem um suporte educativo adequado tem levado a situações de sobre-endividamento, tornando necessário um reforço na educação financeira para promover uma gestão financeira responsável (OECD, 2023). Embora, tenham sido desenvolvidas iniciativas, como o *Plano Nacional de Formação Financeira em Portugal* (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2021), a sua implementação ainda não é obrigatória nos currículos escolares, o que limita a eficácia a longo prazo (Banco de Portugal, 2023).

A Europa de Leste enfrenta desafios estruturais consideráveis. O legado económico da transição do comunismo para economias de mercado ainda se faz sentir, com uma baixa confiança no sistema bancário, elevadas taxas de informalidade e fraca inclusão financeira (OECD, 2023). Países como a Roménia, Bulgária e Hungria apresentam níveis reduzidos de educação financeira, o que contribui para baixas taxas de poupança e elevado risco de endividamento (World Bank, 2022). De acordo com Sachs *et al.* (2024) a falta de regulamentação no setor financeiro e o acesso limitado a programas educativos sobre finanças pessoais tornam esta região mais vulnerável a crises económicas e a fenómenos de instabilidade financeira.

Os diferentes níveis de literacia financeira na Europa podem ser explicados por fatores estruturais, educativos e tecnológicos que afetam a capacidade dos cidadãos para gerir as suas

finanças. A Tabela 1 apresenta os principais fatores que influenciam a literacia financeira nas diferentes regiões europeias.

Tabela 1 - Principais Fatores que Influenciam a Literacia Financeira na Europa

Fator	Impacto na Literacia Financeira	Fonte
Educação e Currículo Escolar	Países que integram a literacia financeira no ensino básico apresentam melhores resultados.	OECD (2023)
Condição Socioeconómica	Indivíduos com baixos rendimentos tendem a ter menor acesso a recursos financeiros e formação especializada.	World Bank (2022)
Digitalização dos Serviços Financeiros	O crescimento das <i>fintechs</i> criou desafios e oportunidades para a literacia financeira.	OECD (2023)

Nota: Elaboração Própria

A educação e o currículo escolar surgem, assim, como um dos fatores mais determinantes para os níveis de literacia financeira, como identificado anteriormente. Nos países da Europa do Norte e Ocidental, onde a educação financeira é uma componente integrada no sistema educativo desde cedo, verifica-se um impacto positivo no comportamento financeiro da população (OECD, 2023). Em contraste, na Europa do Sul e de Leste, a ausência de programas obrigatórios de educação financeira limita o desenvolvimento de competências essenciais para a gestão económica individual e familiar (World Bank, 2022).

A condição socioeconómica também desempenha um papel fundamental na literacia financeira. Populações com rendimentos mais baixos tendem a ter menor acesso a recursos educativos e financeiros, o que resulta em níveis reduzidos de literacia financeira e maior vulnerabilidade a práticas financeiras insustentáveis (Sachs *et al.*, 2024). Esta situação é particularmente evidente na Europa do Sul e de Leste, onde as dificuldades económicas e a instabilidade laboral contribuem para níveis mais baixos de conhecimento financeiro e planeamento financeiro inadequado (OECD, 2023). Compreende-se que a digitalização dos serviços financeiros tem sido um fator de transformação na literacia financeira.

Enquanto nos países da Europa do Norte e Ocidental a literacia financeira digital tem acompanhado a transição para a banca digital, na Europa do Sul e de Leste a adaptação tem sido mais lenta, o que pode acentuar as desigualdades financeiras a longo prazo (Sachs *et al.*, 2024). Assim é possível entender que a literacia financeira na Europa é profundamente influenciada por fatores estruturais, educacionais e socioeconómicos.

O reforço da educação financeira obrigatória, a expansão do acesso aos serviços financeiros digitais e a criação de programas específicos para grupos vulneráveis são medidas essenciais para promover uma Europa mais equitativa e economicamente sustentável. Estes fatores são cruciais para a concretização dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* e para garantir que o conhecimento financeiro se torne um instrumento de capacitação económica para todos os cidadãos (Sachs *et al.*, 2024).

A implementação de políticas públicas de literacia financeira tem sido um dos principais fatores que determinam os níveis de conhecimento financeiro das populações e a sua capacidade de tomar decisões informadas sobre a gestão de recursos económicos. A análise comparativa entre diferentes países demonstra que as estratégias adotadas variam, significativamente, refletindo diferenças estruturais nos sistemas educativos, na regulamentação dos mercados financeiros e na cultura financeira das populações. Estas variações traduzem-se em diferentes níveis de literacia financeira e impactam diretamente a inclusão financeira, a capacidade de poupança e a resiliência económica dos cidadãos (OECD, 2023; World Bank, 2022).

Em Portugal, a literacia financeira tem sido uma preocupação crescente. De acordo com os relatórios da União Europeia e OCDE (2023), Portugal obteve indicadores igualitários à média dos países da OCDE e superou a média dos países participantes no estudo. Este resultado representa uma ligeira melhoria face a 2020. No entanto, menos de 50% dos portugueses atingiram o objetivo de conhecimentos básicos, respondendo corretamente a cinco das sete questões colocadas, valor inferior à média da OCDE (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024).

Estes dados indicam que, embora haja uma tendência positiva, ainda existe um caminho a percorrer para melhorar a literacia financeira, em Portugal. Iniciativas como o *Plano Nacional de Formação Financeira* (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2021) têm sido implementadas para colmatar estas lacunas, focando-se na educação financeira desde os primeiros anos de escolaridade (Banco de Portugal, 2023).

Por outro lado, a Roménia também apresenta desafios significativos no que diz respeito à literacia financeira. Segundo dados de 2024, a população romena demonstrou resultados aquém do expectável, colocando o país entre os mais baixos da União Europeia (Euronews, 2024). Este baixo nível de literacia financeira reflete-se em comportamentos financeiros menos informados e numa menor inclusão financeira. Para enfrentar este desafio, a Roménia tem vindo a desenvolver estratégias nacionais de educação financeira, que visam a integração da literacia financeira nos currículos escolares e a promoção de campanhas de sensibilização junto da população adulta. No entanto, a eficácia destas iniciativas ainda está a ser avaliada, e é necessário um esforço contínuo para alcançar melhorias significativas (Guvernul României, 2024).

3. LITERACIA FINANCEIRA NA AFRICA SUBSARIANA

Como vimos, a literacia financeira é um fator determinante para a inclusão económica e para a estabilidade financeira das populações, influenciando diretamente a tomada de decisões racionais sobre poupança, investimento e gestão do crédito. No entanto, a região da África Subsaariana continua a ser uma das regiões do mundo com os níveis mais baixos de literacia financeira, refletindo desafios estruturais como a baixa inclusão financeira, a informalidade do mercado de trabalho e a escassa penetração da educação financeira nas políticas públicas (OECD, 2023).

Entre os países desta região, Cabo Verde representa um caso de estudo relevante, pois, apesar de enfrentar desafios comuns à região, apresenta progressos no desenvolvimento de estratégias nacionais para a promoção da literacia financeira (Banco de Cabo Verde, 2024). Os principais fatores que explicam os baixos níveis de literacia financeira, na África Subsaariana, incluem a baixa inclusão financeira, a elevada prevalência de economia informal, as deficiências no sistema educativo e a falta de confiança no sistema financeiro. Menos de metade da população adulta da região possui uma conta bancária, em comparação com mais de 90% nos países desenvolvidos, o que restringe o acesso a serviços financeiros formais e limita a necessidade de conhecimentos financeiros (World Bank, 2022).

Adicionalmente, cerca de 80% dos trabalhadores operam no setor informal, sem acesso a mecanismos de poupança e crédito estruturados, perpetuando a exclusão financeira (International Labour Organization, 2023b). As limitações do sistema educativo, em particular a ausência de programas estruturados de literacia financeira nos currículos escolares, impedem a formação de cidadãos financeiramente capacitados, enquanto a desconfiança nas instituições bancárias leva muitas comunidades a recorrer a sistemas alternativos de poupança e crédito, como as cooperativas informais e os grupos de microfinanças (World Bank, 2022).

Os países com percentagens mais elevadas de literacia financeira, como o Botsuana e a África do Sul, destacam-se pelo investimento em educação financeira e pela presença de sistemas bancários relativamente mais robustos e acessíveis. No primeiro caso, Botsuana, por exemplo, o governo tem promovido programas de educação financeira que incluem iniciativas

de formação para pequenos empresários e a integração de conteúdos financeiros nos currículos escolares (OECD, 2023). Como é sabido, a elevada inclusão bancária contribui para o desenvolvimento de uma cultura financeira mais estruturada (World Bank, 2022).

A África do Sul, por sua vez, apresenta uma das economias mais avançadas do continente, com um setor financeiro bem regulamentado e uma forte presença de instituições bancárias e *fintechs*. O país tem promovido ativamente a educação financeira através de iniciativas do Banco de Reserva da África do Sul e do setor privado, o que tem impulsionado o conhecimento sobre gestão financeira pessoal e empresarial (International Labour Organization, 2023a).

Por outro lado, países como a Somália e Moçambique, que apresentam alguns dos níveis mais baixos de literacia financeira, enfrentam desafios estruturais profundos que limitam a disseminação da educação financeira. A Somália, por exemplo, sofre com décadas de instabilidade política e conflitos armados, que têm prejudicado o desenvolvimento de um sistema educativo estável e a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão financeira (Sachs et al., 2024). Por outro lado, a confiança no sistema financeiro formal é extremamente baixa, o que leva a população a depender de mecanismos informais de poupança e de transação monetária, como o hawala, um sistema tradicional de transferência de dinheiro que funciona à margem da regulamentação oficial (World Bank, 2022).

Moçambique, apesar de apresentar uma economia em crescimento, ainda enfrenta barreiras significativas para o aumento da literacia financeira. A implementação de um sistema bancário democratizado está aquém das necessidades, o que restringe o acesso da população a produtos financeiros básicos, como contas de poupança e crédito formal (Banco de Moçambique, 2023). O setor educativo também enfrenta desafios estruturais, com uma elevada taxa de analfabetismo que dificulta a disseminação da educação financeira em larga escala (OECD, 2023), aliado à falta de iniciativas governamentais eficazes para promover a literacia financeira e à ausência de regulação robusta para *fintechs* e bancos digitais limitam a capacidade da população de compreender e utilizar ferramentas financeiras modernas (International Labour Organization, 2023a).

Um fator comum entre os países com baixa literacia financeira é a predominância da economia informal, que emprega a maioria da força de trabalho e opera à margem do sistema financeiro formal (International Labour Organization, 2023b). Nos países menos desenvolvidos da África Subsaariana, grande parte da população depende de fontes de rendimento informais e não tem acesso a contas bancárias ou produtos financeiros convencionais (World Bank, 2022), reduzindo, assim, a necessidade imediata de conhecimentos financeiros formais, facto que perpetua um ciclo de exclusão financeira, em que a falta de acesso ao sistema bancário impede o desenvolvimento de competências financeiras estruturadas.

A análise comparativa dos países com elevados e baixos níveis de literacia financeira na África Subsaariana demonstra que fatores como estabilidade política, investimento na educação, acesso a serviços financeiros formais e regulamentação eficaz desempenham papéis fundamentais na determinação dos níveis de literacia financeira. Enquanto países como o Botsuana e a África do Sul têm conseguido avançar na promoção do conhecimento financeiro através de políticas estruturadas e de sistemas financeiros desenvolvidos, países como a Somália e Moçambique continuam a enfrentar desafios estruturais significativos que limitam a inclusão financeira e a disseminação da literacia financeira. A implementação de estratégias adaptadas à realidade de cada país, aliadas a maiores investimentos na digitalização e na regulamentação do setor financeiro, poderão contribuir para a melhoria dos índices de literacia financeira e para a redução das desigualdades na região.

Apesar dos desafios, iniciativas inovadoras têm vindo a melhorar a inclusão financeira, particularmente através da digitalização e do crescimento das *fintechs*. O *M-Pesa*, um sistema de pagamentos móveis lançado no Quênia, tem sido um modelo de sucesso replicado em vários países da região, permitindo que milhões de pessoas realizem transações financeiras sem necessitarem de uma conta bancária tradicional (Sachs et al., 2024). Este modelo de digitalização financeira tem contribuído para uma maior inclusão financeira, colmatando

algumas das barreiras impostas pela fraca presença da banca tradicional em muitas regiões rurais e subdesenvolvidas.

Cabo Verde destaca-se na África Subsaariana pelo seu esforço na promoção da literacia financeira e na inclusão bancária. Com uma taxa de literacia financeira semelhante à média regional, o país tem adotado estratégias específicas para melhorar a educação financeira da população (Banco de Cabo Verde, 2024c). O Banco de Cabo Verde tem desempenhado um papel central na promoção da literacia financeira através do *Plano Nacional de Educação Financeira* (2020) que visa aumentar a consciencialização financeira e melhorar o acesso da população a produtos e serviços financeiros. Ademais, têm sido desenvolvidos programas comunitários de literacia financeira, que incluem ações de formação dirigidas a comunidades locais para reforçar o conhecimento sobre poupança e gestão de crédito, e projetos piloto de educação financeira nas escolas, embora ainda não tenha sido integrada formalmente no currículo nacional (Banco de Cabo Verde, 2024a).

Apesar destes esforços, Cabo Verde enfrenta desafios estruturais semelhantes aos do restante continente africano. O baixo acesso aos serviços bancários formais permanece um obstáculo significativo, sendo que a exclusão financeira é ainda mais elevada entre as populações rurais (Banco de Cabo Verde, 2024b). A forte dependência das remessas internacionais constitui outro fator relevante, uma vez que muitos beneficiários destas remessas não possuem conhecimento suficiente para investir ou poupar de forma sustentável, perpetuando ciclos de consumo imediato em vez de se implementarem estratégias de planeamento financeiro a longo prazo (World Bank, 2022).

A baixa penetração da literacia digital é igualmente um desafio, dado que a digitalização financeira tem avançado a um ritmo acelerado, mas muitos cidadãos não têm competências suficientes para utilizar plataformas digitais de forma segura, o que os expõe a riscos de fraude financeira e exclusão digital (OECD, 2023). Para melhorar a literacia financeira em Cabo Verde e promover uma inclusão financeira mais eficaz, são necessárias estratégias estruturadas.

A integração da literacia financeira no ensino básico e secundário surge como uma das principais recomendações, garantindo que as crianças e jovens adquiram competências financeiras desde cedo. A expansão da digitalização financeira, com a promoção de serviços bancários móveis e plataformas *fintech* acessíveis às populações rurais e de baixo rendimento, poderia contribuir para a inclusão de um maior número de cidadãos no sistema financeiro formal. Também uma maior regulação e supervisão do setor financeiro são essenciais para reduzir riscos de fraude e promover a confiança nas instituições bancárias formais. O desenvolvimento de programas de capacitação financeira para grupos vulneráveis, como mulheres e microempreendedores, poderia, da mesma forma, desempenhar um papel crucial na redução da exclusão financeira e no fomento de práticas financeiras mais sustentáveis (Banco de Cabo Verde, 2024a, 2024b).

A melhoria da literacia financeira em Cabo Verde e na África Subsaariana está diretamente ligada aos ODS, particularmente ao ODS 1, que visa a *erradicação da pobreza* através da capacitação financeira das populações para melhor gerirem os seus recursos, ao ODS 4, que preconiza a *educação de qualidade* e a inclusão da literacia financeira nos currículos escolares, ao ODS 8, que *promove o trabalho digno e o crescimento económico sustentável*, e ao ODS 10, que visa *reduzir as desigualdades socioeconómicas*, fomentando uma maior inclusão financeira (ONU Portugal, 2022).

O relatório *PISA 2022* (OCDE, 2023; OECD, 2024) sobre literacia financeira revela que países que integram a educação financeira nos currículos escolares apresentam melhores índices de gestão financeira e inclusão económica. No entanto, a maioria dos países africanos, incluindo Cabo Verde, não participa ativamente no programa *PISA*, dificultando uma análise comparativa rigorosa dos níveis de literacia financeira entre as populações jovens africanas e as dos países desenvolvidos (OECD, 2023).

Estudos regionais indicam que os jovens cabo-verdianos apresentam dificuldades na gestão de dinheiro e no planeamento financeiro, reforçando a necessidade de intervenções educativas mais robustas (Banco de Cabo Verde, 2024a). Os dados da OCDE de 2023 destacam

disparidades significativas nos níveis de literacia financeira entre os Portugal, Roménia e Cabo Verde, sendo estes conhecimentos essenciais para a tomada de decisões informadas e para a promoção da inclusão económica.

A análise comparativa revela que, embora Portugal esteja alinhado com a média da OCDE, em termos de literacia financeira, há espaço para melhorias, especialmente na integração de atividades financeiras no currículo escolar e na familiarização dos alunos com produtos financeiros formais. A Roménia e Cabo Verde enfrentam desafios mais profundos, que exigem estratégias nacionais robustas e recursos adequados para promover a literacia financeira e, consequentemente, a inclusão económica e social.

4. METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa, baseada na revisão de literatura e na análise de dados secundários oriundos de fontes institucionais reconhecidas, como a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico* (2023), o Banco Mundial (Bilal et al., 2012; World Bank, 2022), e o *Sustainable Development Solutions Network* (Sachs et al., 2024), e a análise dos resultados do projeto *Finances4Youth*, que recolheu dados através de um inquérito sobre a literacia financeira em Portugal, Roménia e Cabo Verde a jovens entre os 12 e os 25 anos, entre outubro e dezembro de 2023.

A metodologia adotada permite avaliar os níveis de literacia financeira em diferentes regiões e grupos populacionais, bem como o impacto das políticas públicas na inclusão financeira e na digitalização dos serviços financeiros. A integração de dados quantitativos e qualitativos possibilita uma visão holística da realidade analisada. A investigação segue uma metodologia de caráter exploratório e comparativo, combinando uma revisão sistemática de literatura com a análise quantitativa de dados estatísticos. A abordagem metodológica baseia-se em três vertentes principais:

- Análise comparativa dos níveis de literacia financeira, considerando variações regionais e grupos populacionais;
- Avaliação crítica de políticas públicas voltadas para o aprimoramento da literacia financeira;
- Avaliação do impacto da digitalização financeira, com ênfase nas oportunidades emergentes e nos desafios relacionados à inclusão digital.

A abordagem comparativa possibilita a identificação de padrões, tendências e diferenças estruturais na forma como países e regiões abordam a literacia financeira. Para tanto, foram recolhidos e analisados dados secundários provenientes de relatórios internacionais, estudos científicos e inquéritos sobre o tema. A triangulação destas fontes garante a fiabilidade e robustez dos dados, proporcionando uma base sólida para uma avaliação crítica e fundamentada dos níveis de literacia financeira.

Para aferir os níveis de literacia financeira, foram adotados indicadores internacionalmente reconhecidos, os quais avaliam competências essenciais, como a gestão de recursos financeiros, a compreensão de conceitos económicos e a capacidade planeamento financeiro a longo prazo. Estes indicadores, detalhados na Tabela 2, permitem uma análise comparativa robusta e alinhada com padrões globais, facilitando a identificação de lacunas e boas práticas entre diferentes contextos geográficos e socioeconómicos.

Tabela 2 - Indicadores de Literacia Financeira

Indicador	Definição	Fonte
Compreensão de juros	Capacidade de calcular juros simples e compostos e avaliar o impacto do tempo sobre o dinheiro.	OECD (2023)
Conhecimento sobre inflação	Entendimento do impacto da inflação no poder de compra e nos rendimentos.	World Bank (2022)
Diversificação de risco	Capacidade de mitigar riscos através da diversificação de investimentos.	OECD (2023)
Gestão orçamental	Capacidade de planear e monitorizar receitas e despesas.	Sachs et al. (2024)

Nota: Elaboração Própria

Os indicadores selecionados permitem avaliar, de forma abrangente, o nível de conhecimento e as competências financeiras da população, sendo amplamente reconhecidos e aplicados em estudos internacionais sobre literacia financeira.

A metodologia de análise está estruturada em três eixos principais:

- A. Literacia Financeira Global e Europeia
 - Comparação dos índices de literacia financeira entre países e regiões;
 - Identificação das principais disparidades e dos fatores determinantes subjacentes.
- B. Comportamento Financeiro e Impacto Social
 - Análise dos hábitos de poupança, investimento e endividamento;
 - Diferenças entre grupos etários, níveis de escolaridade e género.
- C. Eficácia das Políticas Públicas
 - Avaliação das estratégias governamentais para promover a literacia financeira;
 - Estudo do impacto da literacia financeira digital e da inclusão financeira.

A análise comparativa, fundamentada nestes eixos, possibilita uma compreensão aprofundada dos fatores que influenciam a literacia financeira, bem como, do impacto das políticas públicas na sua promoção. Esta abordagem multidimensional contribui para a identificação de boas práticas e para a formulação de recomendações estratégicas.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados recolhidos revela disparidades significativas nos níveis de literacia financeira a nível global e europeu, refletindo diferenças estruturais na implementação de políticas públicas, no acesso à educação financeira e na regulamentação dos mercados financeiros (Sachs et al., 2024). Essas diferenças impactam diretamente a capacidade dos cidadãos para gerirem as suas finanças, planear o futuro e evitar situações de sobre-endividamento, evidenciando a necessidade de reformas estruturais e intervenções estratégicas em várias regiões (Banco de Portugal, 2023).

A distribuição da literacia financeira é influenciada por fatores económicos, sociais e culturais, resultando em padrões regionais distintos (OECD, 2023; World Bank, 2022). A América do Norte e a Europa Ocidental registam os níveis mais elevados, impulsionados por sistemas educativos estruturados e regulamentação financeira robusta (OECD, 2023). No entanto, nos Estados Unidos, apesar da média elevada, a cultura do crédito ao consumo e o acesso facilitado a produtos financeiros contribuem para altos níveis de endividamento (Lusardi & Mitchell, 2013; OECD, 2023).

Em contraste, regiões como a Europa de Leste, América Latina e África Subsaariana enfrentam desafios estruturais, como baixa inclusão financeira e informalidade do mercado (World Bank, 2022). Na América Latina, a ausência de uma estratégia educativa consolidada e a

falta de regulamentação adequada dos serviços financeiros digitais limitam o progresso (Klapper et al., 2016). A África Subsaariana, que apresenta a taxa de literacia mais baixa, as limitações no acesso à educação e aos serviços bancários tradicionais são agravadas pela exclusão financeira (Sachs et al., 2024). No entanto, a expansão das *fintechs* e dos pagamentos móveis tem promovido maior inclusão financeira na região (World Bank, 2022).

Em Portugal, os níveis de literacia financeira são particularmente baixos, com apenas 31,33% da população a demonstrar conhecimentos financeiros básicos (Almeida et al., 2023). Este resultado contrasta com países como a Suécia e a Noruega, onde a integração da educação financeira nos currículos escolares tem contribuído para níveis mais elevados de literacia financeira. Segundo estes autores, a análise dos dados portugueses revela ainda que os indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a adotar comportamentos mais prudentes, como a elaboração de orçamentos e a poupança a longo prazo.

Assim como na Índia, onde a literacia financeira é particularmente baixa em áreas rurais e entre populações com menor acesso à educação formal (Mahandule et al., 2024), países como Cabo Verde e a Roménia enfrentam desafios semelhantes. A dependência de crédito informal e a subutilização de serviços financeiros formais são comuns em regiões com baixa literacia financeira, como a África Subsaariana e partes da Europa de Leste. No entanto, enquanto a Índia tem investido em iniciativas de inclusão financeira digital, como o *Unified Payments Interface* (UPI), muitos países africanos ainda lutam para garantir o acesso básico a serviços bancários.

A integração da literacia financeira nos currículos escolares tem sido uma estratégia adotada por muitos países, especialmente, após a crise económica de 2008. Conforme observado por Kocoglu (2021), a literacia financeira começou a ser incluída nos programas de educação formal em vários países desenvolvidos, destacando-se como uma competência essencial para a vida. No entanto, em países como Cabo Verde e a Roménia, a falta de programas obrigatórios de educação financeira limita o desenvolvimento de competências financeiras entre os jovens, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a literacia financeira desde cedo.

A análise de Portugal, Roménia e Cabo Verde destaca desafios específicos. Em Portugal, o *Plano Nacional de Formação Financeira* (PNFF) tem sido um pilar no desenvolvimento da literacia financeira (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2021). No entanto, persistem dificuldades na formação de docentes e na integração do tema no currículo escolar (Banco de Portugal, 2023; Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024). O inquérito *Finances4Youth* revela que apenas 37% dos jovens portugueses compreendem a importância da poupança para imprevistos, indicando lacunas na educação financeira prática. Na Roménia, que apresenta um dos níveis mais baixos da Europa (36%), a *Estratégia Nacional de Educação Financeira* (SNEF) visa reduzir a desigualdade entre zonas urbanas e rurais, mas enfrenta desafios na disponibilização de recursos educativos (Guvernul României, 2024). Em Cabo Verde, o *Plano Nacional de Educação Financeira* (PNEF) tem promovido iniciativas comunitárias, mas o acesso limitado a serviços bancários formais e a dependência de remessas internacionais continuam a dificultar o desenvolvimento de práticas financeiras sustentáveis (Banco de Cabo Verde, 2020, 2024a).

Assim como, no estudo realizado, na Indonésia, onde a educação financeira teve um impacto significativo na literacia financeira dos estudantes do ensino profissional (Hulu et al., 2024), os resultados em Portugal, Roménia e Cabo Verde sugerem que a integração da educação financeira nos currículos escolares pode ser uma estratégia eficaz para melhorar o conhecimento financeiro. No entanto, enquanto na Indonésia a educação financeira explicou 22,4% da variação na literacia financeira, em países como Cabo Verde, a falta de acesso a serviços financeiros formais e a dependência de remessas internacionais representam desafios adicionais que exigem abordagens mais abrangentes.

A análise econométrica conduzida por Nogueira et al. (2025) reforça este diagnóstico, ao evidenciar que desigualdades socioeconómicas e elevados níveis de dívida familiar se traduzem em menores níveis de literacia e de práticas financeiras sustentáveis. A conjugação entre os resultados micro, provenientes do inquérito junto da população jovem, e os resultados macro,

derivados da análise de variáveis estruturais em países da OCDE, oferece uma perspetiva integrada e mais robusta sobre os fatores que condicionam o desenvolvimento da literacia financeira. Tal complementaridade permite compreender que os défices observados entre os jovens não se explicam apenas por ausência de conteúdos curriculares, mas também por contextos estruturais mais amplos que moldam o acesso ao conhecimento e às práticas financeiras.

Tabela 3- Literacia financeira por regiões geográficas

Região	Características principais	Desafios identificados	Referências
Europa Ocidental	Níveis elevados de literacia financeira. Integração da educação financeira nos currículos. Regulação financeira sólida.	Necessidade de atualização contínua face à inovação digital e novos produtos financeiros.	OECD (2023)
Europa de Leste	Estratégias nacionais em implementação, como a da Roménia.	Desigualdade entre áreas urbanas e rurais. Recursos educativos limitados.	Guvernul României (2024); World Bank (2022)
Ásia-Pacífico	Países desenvolvidos (Japão, Coreia do Sul) com programas estruturados. Índia com forte aposta em inclusão digital (UPI).	Disparidades entre áreas urbanas e rurais. Limitações no acesso à educação formal.	Mahandule et al. (2024); OECD (2023)
América Latina	Uso frequente de crédito informal. Falta de estratégias educativas consolidadas. Regulação frágil dos serviços digitais.	Baixa confiança nos sistemas financeiros formais. Inclusão financeira limitada.	Klapper et al. (2016); World Bank (2022)
África Subsariana	Literacia financeira mais baixa a nível mundial. Expansão de <i>fintechs</i> e pagamentos móveis a promover inclusão.	Exclusão financeira estrutural. Falta de infraestrutura e integração em programas formais.	Sachs et al. (2024); World Bank (2022)

Nota: Elaboração Própria

Tal como no estudo de Rodriguez *et al.* (2024), que destacou o papel mediador do comportamento financeiro na relação entre a literacia financeira e os hábitos de consumo, e o estudo de Alqam e Hamshari (2024), que destacou a importância da literacia financeira multidimensional para a inclusão financeira e o bem-estar dos jovens na Jordânia, os resultados em Portugal, Roménia e Cabo Verde sugerem que a literacia financeira por si só não é suficiente para garantir hábitos de consumo responsáveis, a inclusão financeira e o bem-estar económico. É essencial que os programas de educação financeira abordem múltiplas dimensões, incluindo o conhecimento de produtos financeiros, direitos do consumidor e competências de tomada de decisão, para garantir uma gestão financeira eficaz e sustentável, e promovam o conhecimento, mas, também, comportamentos financeiros saudáveis, como o planeamento orçamental e a poupança, para garantir uma gestão financeira eficaz. Embora a regulação e a educação sejam fundamentais para a inclusão financeira, a digitalização dos serviços e o

desenvolvimento de soluções adaptadas às realidades locais são igualmente cruciais para melhorar o conhecimento e as práticas financeiras a nível global (OECD, 2023; Sachs et al., 2024; World Bank, 2022; World Bank Group, 2024).

6. CONCLUSÃO

A análise comparativa da literacia financeira em Portugal, Roménia e Cabo Verde evidencia disparidades significativas nos níveis de conhecimento financeiro da população, resultantes de diferenças estruturais nos sistemas educativos, na regulação dos mercados financeiros e na implementação de políticas públicas. Os dados analisados demonstram que países que integram a educação financeira no ensino formal tendem a apresentar indicadores mais elevados de literacia financeira, menor propensão ao sobre-endividamento e maior inclusão financeira. Por outro lado, regiões onde a literacia financeira não é priorizada enfrentam desafios estruturais mais acentuados, incluindo níveis elevados de vulnerabilidade económica e uma dependência crescente do crédito ao consumo.

A articulação entre as evidências recolhidas em diferentes níveis analíticos confirma que a literacia financeira deve ser entendida como um fenómeno simultaneamente individual e estrutural. O estudo de Nogueira et al. (2025) evidencia que o investimento público em educação, quando avaliado apenas em termos de percentagem do PIB, não apresenta significância estatística, sugerindo que a qualidade e a integração curricular são mais determinantes do que o volume de recursos alocados. Esta conclusão converge com os resultados do *Finances4Youth*, que demonstram a necessidade de programas pedagógicos inovadores, orientados para a prática e integrados desde cedo nos percursos escolares. Assim, a promoção da literacia financeira exige não apenas políticas de inclusão educativa, mas também estratégias que enfrentem desigualdades estruturais e promovam comportamentos financeiros sustentáveis, garantindo resiliência económica e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular os ODS 4, 8 e 10.

Desta feita, a literacia financeira e o comportamento financeiro são pilares essenciais para a promoção da inclusão financeira e do bem-estar económico, especialmente entre os jovens (Alqam & Hamshari, 2024), assim como e hábitos de consumo responsáveis na *Geração Z*. Conforme destacado por Rodriguez et al. (2024), o comportamento financeiro atua como um mediador crucial na relação entre a literacia financeira e os hábitos de gastos, com um coeficiente de mediação de 0,797. Também os direitos do consumidor são fortes preditores de inclusão financeira e bem-estar, seguidos pelo conhecimento de produtos financeiros e competências de tomada de decisão (Alqam & Hamshari, 2024). Estes resultados reforçam a necessidade de programas de educação financeira que abordem todas estas dimensões e promovam tanto o conhecimento como as práticas financeiras saudáveis, garantindo uma maior eficácia financeira e bem-estar económico a longo prazo.

A digitalização financeira surge como um fator de transformador, ampliando o acesso a produtos bancários e criando novas oportunidades económicas. Contudo, na ausência de programas de capacitação financeira digital, o risco de exclusão de populações com menor familiaridade tecnológica pode agravar as desigualdades existentes. Assim, é imperativo adotar uma abordagem holística que combine a literacia financeira tradicional com a digital, assegurando que todos os cidadãos possam gerir os seus recursos de forma informada e segura.

A literacia financeira deve ser reconhecida como uma prioridade global, dada a sua relação direta com a inclusão económica, a resiliência financeira das famílias e a estabilidade dos mercados financeiros. A educação financeira não deve ser vista apenas como uma competência técnica, mas como um direito fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades económicas.

A literacia financeira é um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável, tanto em economias desenvolvidas como em emergentes. O caso da Índia ilustra como a falta de conhecimento financeiro pode perpetuar ciclos de pobreza e exclusão, especialmente em contextos rurais e entre populações com menor acesso à educação formal (Mahandule et al., 2024). Assim, é crucial que as estratégias de promoção da literacia financeira sejam adaptadas às realidades locais, integrando tanto a educação tradicional como a digital, de modo a garantir que todos os cidadãos possam participar plenamente na economia formal.

Assim, a educação financeira emerge como um fator determinante para a promoção da literacia financeira, como demonstrado pelo estudo realizado na Indonésia, onde a educação financeira explicou 22,4% da variação nos níveis de literacia financeira entre estudantes do ensino profissional (Hulu et al., 2024). Este resultado reforça a necessidade de políticas públicas que integrem a educação financeira nos currículos escolares, garantindo que os jovens adquiram as competências necessárias para gerir as suas finanças de forma responsável. A literacia financeira é um fator determinante para a adoção de *fintechs*, especialmente em países como Portugal, onde a baixa literacia financeira e a perceção de insegurança limitam a sua utilização (Costa et al., 2023). Para garantir que os consumidores possam beneficiar plenamente das vantagens das *fintechs*, é essencial implementar políticas públicas que promovam a educação financeira e a confiança nas novas tecnologias financeiras, contribuindo para uma maior inclusão financeira e resiliência económica.

Esta investigação reforça a necessidade de um compromisso coletivo entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais para promover a literacia financeira como um direito fundamental e um pilar essencial do desenvolvimento sustentável. O futuro da inclusão financeira depende não apenas do acesso a produtos e serviços bancários, mas, sobretudo, da capacidade dos cidadãos para compreender e utilizar estas ferramentas de forma estratégica. Recomenda-se, portanto, o fortalecimento das políticas públicas, a integração sistemática da educação financeira nos currículos escolares e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras que garantam um acesso equitativo à literacia financeira. A literacia financeira é uma competência essencial para a vida e para a resiliência económica das populações, especialmente em contextos de crise, e desempenha um papel crucial na capacidade dos indivíduos para gerir os seus recursos financeiros de forma eficaz e tomar decisões informadas sobre poupança, investimento e crédito (Kocoglu, 2021). Em Portugal, onde apenas 31,33% da população demonstra conhecimentos financeiros básicos (Almeida et al., 2023), pelo que é crucial a implementação de políticas públicas que promovam a educação financeira, a sua integração nos currículos escolares e a formação de professores. Estes passos são fundamentais para promover a resiliência económica e garantir que os cidadãos e as futuras gerações estejam preparados para enfrentar os desafios económicos e financeiros das sociedades no século XXI.

Limitações do Estudo

Apesar da solidez metodológica adotada nesta investigação, algumas limitações devem ser consideradas. Em primeiro lugar, as divergências metodológicas entre as fontes consultadas representam um desafio na análise comparativa. Relatórios institucionais e estudos internacionais utilizam diferentes abordagens para medir a literacia financeira, o que dificulta a obtenção de resultados homogêneos entre países e regiões (OECD, 2023; World Bank, 2022). A fiabilidade dos dados autorrelatados, também, constitui uma limitação relevante, uma vez que grande parte dos estudos nesta área se baseia em inquéritos nos quais os participantes podem superestimar ou subestimar os seus conhecimentos financeiros, introduzindo potenciais viéses na análise dos resultados (Lusardi & Mitchell, 2013).

Outro aspeto crítico prende-se com a rápida evolução da digitalização financeira, que introduz desafios adicionais na avaliação dos seus impactos a longo prazo. A introdução de novas tecnologias, como criptomoedas e plataformas de crédito digital, tem transformado o panorama financeiro global, exigindo o desenvolvimento de instrumentos analíticos dinâmicos

que permitam acompanhar e compreender as suas implicações de forma contínua (Sachs et al., 2024).

Adicionalmente, a literacia financeira não se restringe ao acesso à informação, sendo influenciada por fatores culturais e comportamentais que podem condicionar a adoção de boas práticas financeiras. Embora esses fatores tenham sido reconhecidos no presente estudo, a sua quantificação e análise aprofundada não foram totalmente realizadas, representando uma área de investigação que merece atenção futura.

Outra das limitações deste estudo é a ausência de uma análise mais aprofundada de países com realidades socioeconómicas distintas, como a Índia, onde a literacia financeira é particularmente baixa e a digitalização dos serviços financeiros avança rapidamente (Mahandule et al., 2024). A inclusão de tais contextos em futuras investigações poderia proporcionar uma visão mais abrangente dos desafios globais da literacia financeira.

Apesar destas limitações, os resultados obtidos fornecem contributos relevantes para a compreensão da literacia financeira e do seu impacto na inclusão económica, permitindo a formulação de recomendações fundamentadas para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Ainda assim, as lacunas identificadas orientam investigações futuras, destacando a necessidade de abordagens mais robustas e abrangentes para capturar a complexidade e a dinâmica do fenómeno estudado.

Recomendações para Pesquisas Futuras

Considerando as conclusões e limitações identificadas neste estudo, recomenda-se que investigações futuras aprofundem diversos aspetos fundamentais para a compreensão e promoção da literacia financeira. Em primeiro lugar, é essencial a realização de estudos longitudinais que permitam avaliar a evolução dos conhecimentos financeiros ao longo do tempo. A maioria das investigações existentes foca-se na análise da literacia financeira num momento específico, sem considerar os efeitos a longo prazo das iniciativas educativas e das políticas públicas. Assim, torna-se necessário desenvolver abordagens metodológicas que possibilitem acompanhar o impacto da implementação de programas educativos na literacia financeira e nos comportamentos financeiros da população.

Adicionalmente, a dimensão comportamental da literacia financeira deve ser objeto de análise aprofundada, dado que fatores psicológicos, crenças culturais, hábitos de consumo e confiança nas instituições financeiras desempenham um papel determinante na adoção de boas práticas financeiras. Estudos sobre economia comportamental demonstram que as decisões financeiras não são tomadas, exclusivamente, com base em conhecimento racional, mas são influenciadas por perceções individuais e contextos socioculturais. Nesse sentido, futuras investigações devem explorar a relação entre estas variáveis e os níveis de literacia financeira, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes para promover comportamentos financeiros responsáveis.

Outro aspeto relevante prende-se com a necessidade de integrar a literacia financeira digital nos currículos escolares, dado o crescente impacto da economia digital na vida quotidiana dos cidadãos. A formação em cibersegurança financeira, *fintechs* e criptomoedas deve ser considerada como parte integrante da educação financeira, de forma a preparar os indivíduos para os desafios de um mercado cada vez mais digitalizado. A adaptação dos programas educativos a esta realidade pode contribuir para mitigar riscos associados ao desconhecimento dos novos instrumentos financeiros e para fomentar uma utilização mais consciente e segura das tecnologias financeiras.

Paralelamente, é crucial avaliar o papel das *fintechs* na promoção da inclusão financeira, uma vez que a digitalização dos serviços bancários tem facilitado o acesso a produtos financeiros em países com baixa penetração bancária. Contudo, persiste a necessidade de determinar se estas soluções representam, de facto, um meio eficaz de inclusão financeira

sustentável ou se podem, paradoxalmente, agravar as desigualdades existentes ao criar formas de exclusão digital e económica.

Futuras investigações devem explorar o impacto da literacia financeira multidimensional em diferentes contextos culturais e económicos, especialmente em países com baixos níveis de inclusão financeira. Conforme sugerido por Alqam e Hamshari (2024), estudos comparativos podem fornecer *insights* valiosos sobre como as diferentes dimensões da literacia financeira – como o conhecimento de produtos financeiros, direitos do consumidor e habilidades de tomada de decisão – influenciam a inclusão financeira e o bem-estar em diferentes realidades socioeconómicas. Explorar contextos de economias emergentes, como a Índia, onde a rápida digitalização dos serviços financeiros coexiste com desafios estruturais, como a baixa inclusão bancária e a elevada informalidade económica (Mahandule et al., 2024), e a relação entre a literacia financeira e a adoção de *fintechs*, especialmente em países com baixos níveis de literacia financeira, como Portugal, são outras sugestões pertinentes. Conforme destacado por Costa et al. (2023), a baixa literacia financeira e a percepção de insegurança em relação às *fintechs* são barreiras significativas à sua adoção, revelando-se pertinente que futuros possam identificar estratégias eficazes para superar essas barreiras, promovendo a inclusão financeira e a adoção de tecnologias financeiras inovadoras. Outros fatores que influenciam a literacia financeira também devem ser explorados, tal como sugerido por Hulu et al. (2024), que identificaram que 77,6% da variação na literacia financeira entre estudantes do ensino profissional na Indonésia foi influenciada por fatores externos, como o ambiente familiar e os pares. Estudos comparativos entre diferentes níveis de desenvolvimento e diferentes contextos socioeconómicos podem fornecer *insights* valiosos sobre as estratégias mais eficazes para promover a literacia financeira e a inclusão económica.

Futuras investigações devem, igualmente, explorar a literacia financeira em diferentes grupos populacionais, como idosos e jovens em idade escolar, de modo a identificar lacunas específicas e desenvolver estratégias educativas adaptadas. Como destacado por Almeida et al. (2023), a literacia financeira em Portugal é particularmente baixa entre os idosos e os indivíduos com menor nível de escolaridade, o que reforça a necessidade de programas de educação financeira direcionados a esses grupos. O impacto de fatores como o rendimento, as influências familiares e as características pessoais na relação entre a literacia financeira e o comportamento financeiro, também são importantes estudar. Conforme sugerido por Rodriguez et al. (2024), estudos longitudinais podem fornecer *insights* valiosos sobre como estas relações evoluem ao longo do tempo, contribuindo para o desenvolvimento de programas de educação financeira mais eficazes e adaptados às necessidades específicas de diferentes grupos populacionais. É igualmente importante que futuras investigações explorem a formação de professores em literacia financeira, uma vez que, como destacado por Kocoglu (2021), a integração desta competência nos currículos escolares exige que os educadores estejam preparados para transmitir conhecimentos financeiros de forma eficaz. A formação contínua de professores e o desenvolvimento de materiais pedagógicos adaptados às realidades locais são medidas essenciais para promover a literacia financeira entre os jovens.

Por fim, a análise comparativa de modelos de regulamentação financeira pode contribuir para a identificação das estratégias mais eficazes na promoção da literacia financeira e na proteção dos consumidores. Diferentes países adotam abordagens regulatórias variadas, o que influencia diretamente os níveis de conhecimento e segurança financeira das populações. Assim, investigações futuras devem explorar os impactos dessas políticas, avaliando quais mecanismos regulatórios têm sido mais eficientes na mitigação dos riscos financeiros e no incentivo à adoção de boas práticas de gestão económica. Ao abordar estas dimensões, será possível desenvolver recomendações mais precisas e eficazes para fortalecer a literacia financeira global e promover uma participação económica mais equitativa e sustentável.

7. REFERÊNCIAS

- Banco de Cabo Verde. (2020). Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF). https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2020/Out%202020/Plano%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%28PNEF%29_BCV_19.10.2020.pdf
- Banco de Cabo Verde. (2024a). Relatório de Ações, Educação e Formação Financeira 2024. <https://bvc.cv/comunicados/relatorio-de-aes-educao-e-formao-financeira-2024-468-c>
- Banco de Cabo Verde. (2024b). Relatório de Estabilidade Financeira 2023. https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2024/RelatorioDeEstabilidadeFinanceira_2023%20VFF.pdf
- Banco de Cabo Verde. (2024c, October 24). Semana da Poupança. <https://www.bcv.cv/pt/O%20Banco/Sala%20de%20Imprensa/Arquivo/Paginas/Semana-da-Poupan%C3%A7a-2024.aspx>
- Banco de Moçambique. (2023). Relatório Anual 2023. <https://www.bancomoc.mz/media/mxmpylgz/relat%C3%B3rio-anual-2023.pdf>
- Banco de Portugal. (2023). Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal 2023. www.bportugal.pt
- Bilal, L. X., The, Z., & Bank, W. (2012). Financial Literacy around the World An Overview of the Evidence with Practical Suggestions for the Way Forward. <http://econ.worldbank.org>.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (2021). Plano Nacional de Formação Financeira 2021-2025 - Linhas de Orientação (Documento de reflexão). https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2021-11/plano_nacional_de_formacao_financeira_2021-2025.pdf
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (2024). Relatório do 4.o Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2023. <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2024-04/relatorio4ilf2023.pdf>
- DataReportal. (2023). Digital 2023: Portugal — DataReportal – Global Digital Insights. DIGITAL 2023: PORTUGAL. <https://datareportal.com/reports/digital-2023-portugal>
- Guvernul României. (2024). Estratégia națională de educație financiară. <https://www.gov.ro/ro/strategia-educatie-financiara-2024>
- International Labour Organization. (2023a). Annual Report 2023. <https://www.ilo.org/publications/annual-report-2023>
- International Labour Organization. (2023b). Informal economy. <https://www.ilo.org/international-labour-organization/topics/formalization>
- Klapper, L., Lusardi, A., & Van Oudheusden, P. (2016). Financial Literacy Around the World: Insights From the Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. <https://openknowledge.worldbank.org/>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2013). The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. SSRN Electronic Journal. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2243635>
- Nogueira, M. C., Almeida, L., & Tavares, F. O. (2025). Financial Literacy, Financial Knowledge, and Financial Behaviors in OECD Countries. Journal of Risk and Financial Management, 18(3), 167. <https://doi.org/10.3390/jrfm18030167>
- OCDE. (2023). PISA 2022 Results: The State of Learning and Equity in Education. In Pisa 2022: Vol. I. OCDE. <https://doi.org/10.31244/9783830998488>
- OECD. (2023). OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy. OECD Business and Finance Policy Papers, 39. <https://doi.org/https://doi.org/10.1787/56003a32-en>
- OECD. (2024). PISA 2022 Results (Volume IV). OECD. <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>
- ONU Portugal. (2022). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

- Sachs, J. D., Lafortune, G., & Fuller, G. (2024). The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Report 2024. In Sustainable Development Report. <https://dashboards.sdgindex.org/rankings>
- World Bank. (2022). The Little Data Book on Financial Inclusion 2022. World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/4be9972a-3b1d-5db8-8534-6a885e7bb7bb>
- World Bank Group. (2024, August 31). Data for Romania, Portugal, Cabo Verde . World Bank Group-Data. https://data.worldbank.org/?cid=ECR_GA_worldbank_EN_EXTP_search&gad_source=1&locations=RO-PT-CV&s_kwcid=AL%2118468%213%21704632427243%21b%21%21g%21%21world+bank+projects